

# FINANÇAS PÚBLICAS E ESG: ORÇAMENTO VERDE, DÍVIDA SUSTENTÁVEL E GOVERNANÇA CLIMÁTICA NO SETOR PÚBLICO

**PUBLIC FINANCE AND ESG: GREEN BUDGETING, SUSTAINABLE DEBT AND CLIMATE GOVERNANCE IN THE PUBLIC SECTOR**

**FINANZAS PÚBLICAS Y ESG: PRESUPUESTO VERDE, DEUDA SOSTENIBLE Y GOBERNANZA CLIMÁTICA EN EL SECTOR PÚBLICO**

Artigo submetido em 30 de março de 2026

Artigo aprovado em 02 de abril de 2026

Artigo publicado em 02 de abril de 2026

**Cognitio Juris**

Volume 16 - Número 59 - 2026

ISSN 2236-3009

**Autor(es):**

André Santana de Souza<sup>[1]</sup>

**RESUMO:** O presente artigo examina a incorporação dos princípios ESG (Environmental, Social and Governance) na gestão das finanças públicas contemporâneas, com foco nos instrumentos de orçamento verde, financiamento climático e dívida pública sustentável.

Parte-se da premissa de que os desafios ambientais globais, especialmente as mudanças climáticas, exigem a reconfiguração das políticas fiscais tradicionais, ampliando o papel do Estado na mobilização de recursos destinados à transição para economias de baixo carbono. Nesse contexto, as finanças públicas passam a desempenhar função estratégica na coordenação de investimentos sustentáveis, na regulação do sistema financeiro e na implementação de políticas públicas orientadas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A pesquisa analisa os fundamentos institucionais das finanças sustentáveis no setor público, destacando a crescente utilização de instrumentos como green budgeting, títulos verdes soberanos, fundos climáticos e mecanismos de transparência fiscal ambiental (OECD, 2024; IMF, 2021). Examina-se também o papel das instituições financeiras internacionais e dos bancos de desenvolvimento na mobilização de capital para projetos sustentáveis (CLIMATE POLICY INITIATIVE, 2024). Conclui-se que a consolidação de finanças públicas orientadas por critérios ESG depende da articulação entre inovação institucional, transparência fiscal e cooperação internacional.

**Palavras-chave:** finanças públicas sustentáveis; ESG; orçamento verde; dívida sustentável; financiamento climático.

**ABSTRACT:** This article examines the incorporation of ESG (Environmental, Social and Governance) principles into the management of contemporary public finances, focusing on instruments such as green budgeting, climate finance and sustainable public debt. It is based on the premise that global environmental challenges, particularly climate change, require the reconfiguration of traditional fiscal policies, expanding the role of the State in mobilizing resources for the transition to low-carbon economies. In this context, public finances assume a strategic function in coordinating sustainable investments, regulating the financial system and implementing public policies aligned with the Sustainable Development Goals (SDGs). The research analyzes the institutional foundations of sustainable public finance, highlighting the growing use of instruments such as green budgeting, sovereign green bonds, climate funds and mechanisms of environmental fiscal transparency (OECD, 2024; IMF, 2021). It also

examines the role of international financial institutions and development banks in mobilizing capital for sustainable projects (Climate Policy Initiative, 2024). The study concludes that the consolidation of ESG-oriented public finances depends on the articulation between institutional innovation, fiscal transparency and international cooperation.

**Keywords:** sustainable public finance; ESG; green budgeting; sustainable debt; climate finance.

**RESUMEN:** El presente artículo examina la incorporación de los principios ESG (Environmental, Social and Governance) en la gestión de las finanzas públicas contemporáneas, con énfasis en instrumentos como el presupuesto verde, el financiamiento climático y la deuda pública sostenible. Se parte de la premisa de que los desafíos ambientales globales, especialmente el cambio climático, exigen la reconfiguración de las políticas fiscales tradicionales, ampliando el papel del Estado en la movilización de recursos destinados a la transición hacia economías de bajo carbono. En este contexto, las finanzas públicas pasan a desempeñar una función estratégica en la coordinación de inversiones sostenibles, en la regulación del sistema financiero y en la implementación de políticas públicas orientadas por los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). La investigación analiza los fundamentos institucionales de las finanzas sostenibles en el sector público, destacando el creciente uso de instrumentos como el green budgeting, los bonos verdes soberanos, los fondos climáticos y los mecanismos de transparencia fiscal ambiental (OECD, 2024; IMF, 2021). Asimismo, se examina el papel de las instituciones financieras internacionales y de los bancos de desarrollo en la movilización de capital para proyectos sostenibles (Climate Policy Initiative, 2024). Se concluye que la consolidación de finanzas públicas orientadas por criterios ESG depende de la articulación entre innovación institucional, transparencia fiscal y cooperación internacional.

**Palabras clave:** finanzas públicas sostenibles; ESG; presupuesto verde; deuda sostenible; financiamiento climático.

## **1 Introdução**

Nas últimas décadas, a intensificação da crise ambiental global tem provocado transformações profundas na formulação de políticas públicas e na organização dos sistemas econômicos. O aumento das emissões de gases de efeito estufa, a perda acelerada de biodiversidade, a degradação de ecossistemas e os impactos econômicos associados às mudanças climáticas passaram a exigir respostas institucionais capazes de integrar crescimento econômico, estabilidade fiscal e proteção ambiental. Esses fenômenos não se limitam à dimensão ecológica, mas possuem repercussões diretas sobre a estabilidade macroeconômica, a segurança alimentar, a disponibilidade de recursos naturais e o funcionamento dos mercados globais. Nesse contexto, a crise ambiental passou a ser compreendida também como um desafio econômico e fiscal, exigindo a reconfiguração das políticas públicas tradicionais e a incorporação de instrumentos capazes de promover um modelo de desenvolvimento mais resiliente e sustentável.

Nesse cenário, as finanças públicas passaram a desempenhar papel central na promoção do desenvolvimento sustentável. Tradicionalmente associadas à arrecadação tributária e à gestão da dívida pública, as políticas fiscais passaram gradualmente a incorporar objetivos ambientais e sociais, alinhando-se aos princípios de governança sustentável conhecidos pela sigla ESG (*Environmental, Social and Governance*). Essa mudança reflete uma evolução na compreensão do papel do Estado na economia, na medida em que os instrumentos fiscais passaram a ser utilizados não apenas para financiar políticas públicas, mas também para orientar decisões econômicas, incentivar investimentos sustentáveis e internalizar custos ambientais nas atividades produtivas (GIZ, 2020).

A crescente integração entre sustentabilidade e política fiscal também está associada ao reconhecimento de que os governos possuem capacidade singular de mobilizar recursos em larga escala e orientar investimentos estratégicos. Por meio de instrumentos como políticas tributárias, planejamento orçamentário, regulação financeira e emissão de dívida pública, o

setor público pode influenciar significativamente os fluxos de investimento e estimular a transição para economias de baixo carbono. Nesse sentido, as finanças públicas deixam de exercer função meramente arrecadatória e passam a desempenhar papel estratégico na coordenação da transformação estrutural das economias contemporâneas (OECD, 2024).

A Agenda 2030 das Nações Unidas e o Acordo de Paris reforçaram essa perspectiva ao reconhecer que a transição para economias sustentáveis exige mudanças estruturais nos sistemas de financiamento público e privado. Esses instrumentos internacionais estabeleceram metas ambiciosas de redução de emissões de carbono e promoção do desenvolvimento sustentável, destacando a necessidade de mobilização de recursos financeiros em escala global. Nesse contexto, as políticas fiscais passaram a ser compreendidas como elementos essenciais da governança climática, uma vez que os governos possuem capacidade de direcionar investimentos, reduzir riscos financeiros e estimular a inovação tecnológica necessária à transição energética (IMF, 2021).

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, os governos desempenham papel fundamental na mobilização de investimentos sustentáveis por meio da integração entre política fiscal, planejamento orçamentário e instrumentos financeiros verdes. A OCDE destaca que o alinhamento entre política fiscal e metas ambientais permite reduzir inconsistências entre políticas econômicas e compromissos climáticos, além de melhorar a eficiência do gasto público e fortalecer a transparência das decisões governamentais (OECD, 2024). Nesse contexto, a incorporação de critérios ambientais ao processo de elaboração do orçamento público tem se tornado instrumento relevante para assegurar que os recursos públicos sejam direcionados a iniciativas compatíveis com a transição ecológica.

Paralelamente, organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional têm enfatizado a importância das finanças públicas na implementação de políticas climáticas e na redução dos riscos econômicos associados às mudanças climáticas. Segundo o FMI, os

impactos econômicos da crise climática podem afetar significativamente a estabilidade financeira global, exigindo a adoção de políticas fiscais capazes de mitigar riscos sistêmicos e promover investimentos em infraestrutura resiliente e tecnologias de baixo carbono (IMF, 2021).

Nesse cenário, surgem novos instrumentos de política fiscal destinados a integrar sustentabilidade e gestão das finanças públicas. Entre os principais mecanismos utilizados internacionalmente destacam-se o **orçamento verde (*green budgeting*)**, os **títulos de dívida sustentável (*green bonds*)** e os **fundos climáticos**. Esses instrumentos permitem incorporar critérios ambientais ao planejamento fiscal e ampliar a capacidade dos governos de financiar projetos relacionados à mitigação das mudanças climáticas e à adaptação ambiental. Ao direcionar recursos públicos para setores estratégicos da economia verde, esses mecanismos contribuem para acelerar a transição energética, estimular a inovação tecnológica e fortalecer a resiliência das economias frente aos desafios ambientais contemporâneos (OECD, 2024; CLIMATE POLICY INITIATIVE, 2024).

Assim, a incorporação de instrumentos financeiros sustentáveis ao sistema de finanças públicas representa importante avanço na integração entre política fiscal, governança ambiental e desenvolvimento econômico. Ao alinhar as políticas fiscais aos princípios ESG e aos objetivos do desenvolvimento sustentável, os governos passam a utilizar o sistema financeiro público como instrumento de transformação estrutural das economias, contribuindo para a construção de um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

## **2 Finanças públicas e sustentabilidade**

A incorporação da sustentabilidade nas finanças públicas representa uma transformação profunda na forma como os Estados concebem e executam suas políticas fiscais. Tradicionalmente, o orçamento público era compreendido essencialmente como instrumento

voltado à arrecadação de receitas e à execução de despesas governamentais, tendo como principais objetivos a estabilidade macroeconômica, o financiamento das políticas públicas e a manutenção do equilíbrio fiscal. Nesse modelo clássico, o processo orçamentário concentrava-se predominantemente em variáveis econômicas e sociais, sem incorporar de forma sistemática os impactos ambientais das decisões fiscais. Entretanto, a intensificação dos desafios ambientais globais — especialmente as mudanças climáticas, a degradação de ecossistemas e a escassez de recursos naturais — passou a exigir a integração de objetivos ambientais ao planejamento fiscal e à gestão das finanças públicas.

Esse processo está diretamente associado ao desenvolvimento do conceito de **finanças sustentáveis**, que busca alinhar fluxos financeiros públicos e privados aos objetivos do desenvolvimento sustentável e à transição para economias de baixo carbono. No âmbito internacional, organismos multilaterais têm enfatizado que a transformação dos sistemas financeiros constitui condição indispensável para o enfrentamento da crise climática. Nesse sentido, o conceito de finanças sustentáveis envolve não apenas a mobilização de recursos para projetos ambientais, mas também a incorporação de critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) na formulação das políticas fiscais, regulatórias e financeiras (GIZ, 2020; OECD, 2024).

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, as finanças públicas desempenham papel decisivo na orientação das economias em direção a trajetórias de desenvolvimento mais sustentáveis. Isso ocorre porque os governos possuem capacidade singular de influenciar os fluxos de investimento por meio de políticas fiscais, incentivos econômicos, regulação financeira e planejamento orçamentário. Dessa forma, a política fiscal deixa de exercer função meramente arrecadatória e passa a desempenhar papel estratégico na coordenação de investimentos voltados à mitigação das mudanças climáticas e à adaptação aos seus impactos (OECD, 2024).

No setor público, essa transformação envolve três dimensões fundamentais. A primeira

consiste na **integração da sustentabilidade ao processo orçamentário**, frequentemente denominada orçamento verde ou *green budgeting*. Esse instrumento busca incorporar critérios ambientais ao ciclo orçamentário, permitindo avaliar o impacto climático das decisões fiscais e orientar a alocação de recursos públicos de forma compatível com metas ambientais. A segunda dimensão refere-se à **mobilização de instrumentos financeiros voltados ao financiamento climático**, incluindo títulos verdes soberanos, fundos climáticos e mecanismos de financiamento misto (*blended finance*). A terceira dimensão envolve o **fortalecimento da transparência e da governança fiscal ambiental**, mediante a criação de indicadores, relatórios e mecanismos de monitoramento capazes de avaliar o impacto ambiental das políticas públicas (OECD, 2024; WORLD BANK, 2024).

Essas três dimensões refletem a crescente interdependência entre política fiscal, política ambiental e governança econômica global. Nas últimas décadas, tornou-se evidente que as decisões fiscais possuem impactos diretos sobre o meio ambiente. Subsídios a combustíveis fósseis, incentivos fiscais a setores intensivos em carbono ou investimentos públicos em infraestrutura podem influenciar significativamente os padrões de produção e consumo da economia. Por essa razão, organismos internacionais têm defendido a necessidade de integrar critérios ambientais ao processo de tomada de decisão fiscal, de modo a evitar inconsistências entre políticas econômicas e metas climáticas (OECD, 2024).

Além disso, estudos recentes indicam que a adaptação às mudanças climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono exigirão investimentos de grande magnitude nas próximas décadas. De acordo com o relatório *Global Landscape of Climate Finance*, elaborado pela Climate Policy Initiative, os investimentos globais em mitigação e adaptação climática precisam alcançar níveis significativamente superiores aos atualmente observados para que seja possível cumprir os objetivos do Acordo de Paris. Estima-se que trilhões de dólares em investimentos adicionais serão necessários para financiar infraestrutura sustentável, energias renováveis, mobilidade limpa e soluções baseadas na natureza

(CLIMATE POLICY INITIATIVE, 2024).

Nesse contexto, o setor público exerce papel fundamental na mobilização desses recursos. Governos podem atuar como investidores diretos em projetos de infraestrutura sustentável, mas também como catalisadores de investimentos privados, por meio da criação de instrumentos financeiros, garantias públicas e incentivos regulatórios. Os bancos de desenvolvimento, por exemplo, têm desempenhado papel relevante nesse processo, atuando como intermediários entre governos, investidores privados e organismos multilaterais. Ao reduzir riscos financeiros e oferecer condições de financiamento mais favoráveis, essas instituições contribuem para ampliar os fluxos de capital destinados a projetos sustentáveis (CLIMATE POLICY INITIATIVE, 2024; IMF, 2021).

Adicionalmente, o fortalecimento das finanças públicas sustentáveis também está relacionado à crescente preocupação com a transparência e a governança das políticas fiscais ambientais. A implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação das despesas públicas relacionadas ao clima permite identificar eventuais inconsistências entre políticas fiscais e compromissos ambientais. Nesse sentido, instrumentos como relatórios de gastos climáticos, taxonomias verdes e sistemas de rastreamento orçamentário têm sido adotados por diversos países com o objetivo de melhorar a qualidade da informação fiscal e ampliar a accountability das políticas públicas (OECD, 2024; WORLD BANK, 2024).

Assim, a incorporação da sustentabilidade nas finanças públicas não representa apenas uma mudança técnica na gestão orçamentária, mas uma transformação estrutural na forma como os Estados concebem suas políticas fiscais. A integração entre política fiscal, governança ambiental e regulação financeira constitui elemento central para a construção de um modelo de desenvolvimento economicamente eficiente, socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável.

### **3 Orçamento verde e planejamento fiscal climático**

Um dos instrumentos mais relevantes para a integração entre política fiscal e sustentabilidade é o chamado **orçamento verde (green budgeting)**.

O orçamento verde consiste na incorporação de critérios ambientais ao processo de planejamento, execução e avaliação do orçamento público. Seu objetivo é identificar o impacto ambiental das políticas fiscais e orientar a alocação de recursos públicos de forma compatível com metas climáticas e ambientais (OECD, 2024).

De acordo com a OCDE, o green budgeting envolve práticas como:

- classificação de despesas públicas relacionadas ao clima;
- avaliação ambiental de políticas fiscais;
- monitoramento de subsídios prejudiciais ao meio ambiente;
- integração de metas climáticas ao planejamento orçamentário.

Essas práticas permitem avaliar se as políticas fiscais estão alinhadas aos compromissos internacionais assumidos pelos países no âmbito do Acordo de Paris e da Agenda 2030.

Além disso, organismos internacionais como o Banco Mundial têm defendido a adoção do chamado **climate-smart budgeting**, que busca integrar indicadores climáticos ao ciclo orçamentário, permitindo avaliar os impactos ambientais das políticas públicas e melhorar a eficiência do gasto público (WORLD BANK, 2024).

Diversos países têm adotado mecanismos de orçamento verde nas últimas décadas, incluindo França, Canadá e Coreia do Sul. Essas experiências demonstram que a integração entre política fiscal e sustentabilidade pode melhorar a transparência das decisões orçamentárias e ampliar a eficiência das políticas públicas ambientais (OECD, 2024).

#### **4 Dívida sustentável e financiamento climático**

Além do planejamento orçamentário e da integração de critérios ambientais ao processo

fiscal, as finanças públicas sustentáveis também envolvem a utilização de **instrumentos financeiros voltados ao financiamento de projetos ambientais e climáticos**. Esses mecanismos têm se consolidado como importantes ferramentas de mobilização de capital para iniciativas relacionadas à mitigação das mudanças climáticas, adaptação ambiental e promoção do desenvolvimento sustentável. A crescente complexidade dos desafios ambientais contemporâneos exige volumes expressivos de investimento em setores como energia limpa, transporte sustentável, infraestrutura resiliente e conservação ambiental, o que tem impulsionado o desenvolvimento de novos instrumentos financeiros capazes de direcionar recursos públicos e privados para essas áreas.

Entre os principais mecanismos utilizados internacionalmente destacam-se os chamados **títulos verdes (green bonds)**. Esses instrumentos consistem em títulos de dívida emitidos por governos, bancos de desenvolvimento ou instituições financeiras privadas com o objetivo específico de financiar projetos ambientais ou climáticos. Diferentemente de títulos tradicionais da dívida pública, os green bonds possuem vinculação explícita dos recursos captados a projetos considerados ambientalmente sustentáveis, como geração de energia renovável, eficiência energética, transporte de baixo carbono, gestão sustentável da água e proteção de ecossistemas (IMF, 2021).

O desenvolvimento dos green bonds está diretamente relacionado à crescente preocupação dos mercados financeiros com os riscos climáticos e com a necessidade de direcionar investimentos para a transição energética. Ao vincular os recursos captados a projetos sustentáveis, esses títulos permitem que investidores institucionais — como fundos de pensão, seguradoras e fundos soberanos — participem do financiamento da transição para economias de baixo carbono, ao mesmo tempo em que buscam retornos financeiros estáveis e previsíveis. Nesse sentido, os green bonds funcionam como instrumentos capazes de conectar o mercado financeiro global às políticas públicas de sustentabilidade (OECD, 2024).

Nas últimas décadas, o mercado global de finanças sustentáveis experimentou crescimento

expressivo. Segundo estudos internacionais, a emissão de títulos verdes aumentou significativamente desde a década de 2010, impulsionada pelo fortalecimento das políticas climáticas internacionais e pela crescente demanda de investidores por ativos alinhados aos princípios ESG. Diversos países passaram a emitir **títulos verdes soberanos**, incluindo França, Alemanha, Chile e Indonésia, utilizando esses instrumentos para financiar projetos de infraestrutura sustentável, expansão de energias renováveis e modernização de sistemas de transporte público (IMF, 2021).

Além disso, os títulos verdes também têm sido amplamente utilizados por bancos multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial e o Banco Europeu de Investimento, que desempenharam papel pioneiro na criação desse mercado. Essas instituições têm utilizado green bonds para financiar projetos voltados à redução das emissões de carbono, à proteção da biodiversidade e à adaptação climática em países em desenvolvimento.

A expansão desse mercado também está relacionada ao desenvolvimento de padrões internacionais de certificação e transparência, destinados a assegurar que os recursos captados sejam efetivamente destinados a projetos sustentáveis. Iniciativas como os **Green Bond Principles**, elaborados pela International Capital Market Association, estabeleceram diretrizes para a emissão, monitoramento e reporte de títulos verdes, contribuindo para aumentar a confiança dos investidores e reduzir riscos de práticas de *greenwashing* no mercado financeiro.

Além dos títulos verdes, o mercado de finanças sustentáveis passou a incorporar outros instrumentos financeiros voltados à promoção de objetivos ambientais e sociais. Entre esses mecanismos destacam-se os chamados:

- **social bonds**
- **sustainability bonds**
- **sustainability-linked bonds**

Os **social bonds** são instrumentos de dívida destinados ao financiamento de projetos com impacto social positivo, como programas de habitação acessível, educação, saúde pública e inclusão financeira. Embora não sejam necessariamente voltados à proteção ambiental, esses títulos integram a dimensão social da agenda ESG, buscando promover desenvolvimento econômico mais inclusivo.

Já os **sustainability bonds** combinam características dos títulos verdes e dos títulos sociais, permitindo que os recursos captados sejam utilizados tanto em projetos ambientais quanto em iniciativas de impacto social. Esses instrumentos refletem a crescente integração entre as dimensões ambiental e social da sustentabilidade, reconhecendo que desafios como mudanças climáticas, desigualdade social e desenvolvimento econômico estão profundamente interconectados.

Por sua vez, os **sustainability-linked bonds** representam uma inovação mais recente no campo das finanças sustentáveis. Diferentemente dos títulos verdes tradicionais, nesses instrumentos a utilização dos recursos captados não precisa estar vinculada a projetos específicos. Em vez disso, as condições financeiras do título — como taxa de juros ou prazos de pagamento — são condicionadas ao cumprimento de metas de sustentabilidade previamente estabelecidas pela entidade emissora. Caso essas metas não sejam alcançadas, podem ocorrer penalidades financeiras, como aumento da taxa de juros. Esse mecanismo cria incentivos econômicos para que governos e empresas adotem práticas mais sustentáveis em suas atividades (CLIMATE POLICY INITIATIVE, 2024).

A expansão desses instrumentos financeiros demonstra que as finanças sustentáveis têm se consolidado como importante mecanismo de mobilização de recursos para a transição ecológica. Segundo o relatório **Global Landscape of Climate Finance**, elaborado pela Climate Policy Initiative, a mobilização de investimentos para enfrentar as mudanças climáticas exige a articulação entre financiamento público, investimento privado e inovação financeira. Nesse contexto, instrumentos como títulos verdes e fundos climáticos

desempenham papel estratégico ao ampliar os fluxos de capital destinados a projetos sustentáveis e reduzir riscos associados a investimentos em infraestrutura verde (CLIMATE POLICY INITIATIVE, 2024).

Assim, a utilização de instrumentos financeiros sustentáveis representa importante avanço na integração entre política fiscal, mercado financeiro e governança ambiental. Ao alinhar o financiamento público e privado aos princípios ESG e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, esses mecanismos contribuem para acelerar a transição para economias de baixo carbono e fortalecer a capacidade dos Estados de enfrentar os desafios ambientais do século XXI.

## **5 Papel das instituições financeiras e bancos de desenvolvimento**

Outro elemento central das finanças públicas sustentáveis é o papel desempenhado pelas **instituições financeiras multilaterais e pelos bancos de desenvolvimento** na mobilização de recursos destinados à transição ecológica. Em um contexto no qual os desafios ambientais exigem investimentos de grande magnitude e elevada complexidade técnica, essas instituições assumem posição estratégica na arquitetura do financiamento climático global. Diferentemente dos mercados financeiros tradicionais, muitas iniciativas ambientais apresentam elevados custos iniciais, prazos de retorno mais longos e riscos tecnológicos ou regulatórios significativos. Nesse cenário, a atuação de organismos multilaterais e bancos de desenvolvimento torna-se fundamental para reduzir riscos, atrair investidores e viabilizar projetos sustentáveis em larga escala.

Instituições como o **Banco Mundial**, o **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** e outros bancos multilaterais têm desempenhado papel relevante no financiamento de projetos relacionados à transição energética, à adaptação climática e à proteção ambiental. Essas instituições foram criadas originalmente para apoiar o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza, mas nas últimas décadas passaram a incorporar de forma crescente a

agenda climática em suas estratégias institucionais. Atualmente, grande parte dos financiamentos concedidos por esses organismos está vinculada a projetos de infraestrutura sustentável, energias renováveis, gestão de recursos naturais e fortalecimento da resiliência climática em países em desenvolvimento (IMF, 2021).

A atuação dessas instituições se estrutura em múltiplas frentes. Uma das mais importantes é o **financiamento direto de infraestrutura sustentável**, incluindo projetos de geração de energia renovável, transporte público de baixa emissão de carbono, modernização de redes elétricas, saneamento básico e proteção de recursos hídricos. Esses investimentos são particularmente relevantes em economias emergentes, onde limitações fiscais frequentemente restringem a capacidade dos governos de financiar projetos ambientais de grande escala. Nesse contexto, os bancos multilaterais atuam como fontes de financiamento de longo prazo, oferecendo condições mais favoráveis do que aquelas normalmente disponíveis nos mercados financeiros privados (WORLD BANK, 2024).

Além do financiamento direto, essas instituições também desempenham papel relevante no **apoio técnico à formulação de políticas públicas climáticas**. Muitos países enfrentam desafios institucionais relacionados à elaboração de estratégias de transição energética, implementação de políticas de precificação de carbono ou desenvolvimento de mecanismos de financiamento sustentável. Nesse sentido, organismos multilaterais fornecem assistência técnica, estudos econômicos, capacitação institucional e apoio regulatório, contribuindo para fortalecer a capacidade dos governos de implementar políticas ambientais eficazes (OECD, 2024).

Outra função estratégica dessas instituições consiste na **mobilização de capital privado para projetos ambientais**, frequentemente por meio de mecanismos conhecidos como *blended finance*. Esses mecanismos combinam recursos públicos, financiamento concessionário e investimento privado com o objetivo de reduzir riscos e ampliar a atratividade econômica de projetos sustentáveis. Ao atuar como investidores âncora ou

oferecer garantias financeiras, os bancos de desenvolvimento ajudam a reduzir a percepção de risco dos investidores privados, ampliando o volume total de recursos disponíveis para projetos climáticos (CLIMATE POLICY INITIATIVE, 2024).

Essa função de intermediação financeira tem se tornado cada vez mais relevante no contexto da transição energética global. Projetos relacionados à energia renovável, mobilidade sustentável ou conservação ambiental frequentemente exigem investimentos iniciais elevados e envolvem incertezas tecnológicas ou regulatórias. Ao reduzir esses riscos e facilitar o acesso ao financiamento, os bancos multilaterais contribuem para acelerar a implementação de projetos ambientais e ampliar a participação do setor privado no financiamento climático.

Segundo o relatório **Global Landscape of Climate Finance**, elaborado pela Climate Policy Initiative, os bancos de desenvolvimento desempenham papel essencial na mobilização de recursos destinados ao financiamento climático, atuando como intermediários entre governos, investidores privados e organismos internacionais. O estudo destaca que essas instituições têm capacidade única de estruturar operações financeiras complexas, combinar diferentes fontes de financiamento e direcionar investimentos para setores estratégicos da economia verde. Além disso, os bancos de desenvolvimento frequentemente exercem papel catalisador, permitindo que investimentos públicos relativamente modestos mobilizem volumes significativamente maiores de capital privado (CLIMATE POLICY INITIATIVE, 2024).

Nesse contexto, os bancos multilaterais também desempenham papel importante na difusão de padrões internacionais de financiamento sustentável. Muitos desses organismos adotaram diretrizes ambientais rigorosas para a concessão de crédito, incluindo critérios de avaliação de impacto ambiental, monitoramento de emissões de carbono e requisitos de transparência na aplicação dos recursos. Essas práticas contribuem para elevar os padrões de governança ambiental no financiamento de projetos públicos e privados, fortalecendo a credibilidade do sistema de finanças sustentáveis no cenário internacional (IMF, 2021).

Assim, a atuação das instituições financeiras multilaterais e dos bancos de desenvolvimento constitui elemento central na arquitetura das finanças públicas sustentáveis. Ao combinar financiamento de longo prazo, apoio técnico e mobilização de capital privado, essas instituições contribuem para ampliar os fluxos de investimento destinados à transição para economias de baixo carbono e fortalecer a capacidade dos Estados de enfrentar os desafios ambientais do século XXI.

## **6 Transparência fiscal e governança das finanças sustentáveis**

A implementação de finanças públicas orientadas por critérios ESG exige elevados níveis de **transparência, prestação de contas (*accountability*) e qualidade institucional**. A incorporação de objetivos ambientais e sociais às políticas fiscais amplia significativamente a complexidade da gestão das finanças públicas, uma vez que os governos passam a ser responsáveis não apenas pela arrecadação e pela execução do gasto público, mas também pela avaliação dos impactos ambientais e sociais dessas decisões. Nesse contexto, a transparência fiscal torna-se elemento essencial para assegurar a credibilidade das políticas públicas e fortalecer a confiança de investidores, organismos internacionais e da sociedade na efetividade das iniciativas de financiamento sustentável.

Para que as finanças públicas sustentáveis produzam resultados concretos, os governos precisam desenvolver **mecanismos institucionais capazes de monitorar, avaliar e divulgar o impacto ambiental das políticas fiscais**. Isso envolve a criação de sistemas de rastreamento de gastos públicos relacionados ao clima, a elaboração de relatórios de sustentabilidade fiscal e a definição de indicadores que permitam avaliar se os investimentos públicos estão efetivamente alinhados às metas ambientais e climáticas estabelecidas em acordos internacionais. A ausência de instrumentos adequados de monitoramento pode comprometer a eficácia das políticas públicas e gerar inconsistências entre compromissos climáticos e decisões fiscais.

Nesse contexto, organismos internacionais têm promovido diversas iniciativas voltadas ao fortalecimento da transparência fiscal ambiental e ao aprimoramento da governança das finanças públicas sustentáveis. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, tem defendido a adoção de práticas de **green budgeting**, que incluem a identificação de despesas públicas relacionadas ao clima, a avaliação do impacto ambiental das políticas fiscais e a integração de indicadores ambientais ao processo orçamentário. Essas práticas permitem que governos avaliem se suas políticas fiscais estão efetivamente alinhadas aos compromissos ambientais e às metas de redução de emissões estabelecidas no âmbito do Acordo de Paris (OECD, 2024).

Além disso, organismos multilaterais como o Banco Mundial têm incentivado a adoção de sistemas de **climate-smart budgeting**, que buscam integrar critérios climáticos ao ciclo completo da gestão orçamentária. Esses sistemas permitem identificar quais programas governamentais contribuem para a mitigação das mudanças climáticas, quais políticas públicas apresentam impactos negativos sobre o meio ambiente e quais investimentos podem fortalecer a resiliência climática das economias. Ao integrar essas informações ao planejamento fiscal, os governos conseguem melhorar a qualidade do gasto público e direcionar recursos para iniciativas mais eficientes do ponto de vista ambiental (WORLD BANK, 2024).

Outro instrumento relevante nesse processo é a criação de **relatórios de sustentabilidade fiscal**, que buscam divulgar de forma transparente os impactos ambientais das políticas públicas e das decisões de investimento do Estado. Esses relatórios permitem que cidadãos, investidores e organismos internacionais acompanhem a evolução das políticas fiscais relacionadas ao clima e avaliem a consistência entre compromissos ambientais e alocação de recursos públicos. A divulgação dessas informações também contribui para fortalecer mecanismos de controle democrático e aumentar a responsabilização dos governos na implementação de políticas ambientais.

Essas ferramentas desempenham papel importante na melhoria da governança das finanças públicas e na redução de riscos associados ao chamado **greenwashing financeiro**. O greenwashing ocorre quando investimentos ou políticas públicas são classificados como sustentáveis sem que haja efetiva contribuição para a proteção ambiental ou para a redução das emissões de carbono. A ausência de critérios claros de monitoramento e transparência pode facilitar esse tipo de prática, comprometendo a credibilidade das políticas de sustentabilidade e reduzindo a confiança dos investidores no mercado de finanças verdes.

Por essa razão, organismos internacionais têm enfatizado a importância da criação de **taxonomias verdes**, sistemas de classificação que definem critérios objetivos para identificar quais atividades econômicas podem ser consideradas ambientalmente sustentáveis. Essas taxonomias permitem padronizar a avaliação de investimentos verdes e reduzir ambiguidades na classificação de projetos sustentáveis, contribuindo para fortalecer a integridade do sistema de finanças sustentáveis e melhorar a alocação de recursos públicos e privados (OECD, 2024).

Assim, o fortalecimento da transparência fiscal ambiental constitui elemento fundamental para a consolidação das finanças públicas sustentáveis. A adoção de mecanismos robustos de monitoramento, divulgação de informações e avaliação de impacto ambiental permite aumentar a eficácia das políticas públicas, reduzir riscos institucionais e garantir que os investimentos classificados como sustentáveis efetivamente contribuam para a transição ecológica e para a construção de economias mais resilientes e sustentáveis.

## **7 Conclusão**

A crescente integração entre sustentabilidade e política fiscal representa uma das transformações mais relevantes da governança econômica contemporânea. Nas últimas décadas, tornou-se cada vez mais evidente que os instrumentos tradicionais de política econômica precisam ser reconfigurados para responder aos desafios ambientais globais,

especialmente aqueles relacionados às mudanças climáticas e à degradação dos recursos naturais. Nesse contexto, a política fiscal passou a desempenhar papel mais amplo e estratégico, incorporando objetivos ambientais e sociais à sua estrutura tradicional de arrecadação e gasto público. A literatura internacional tem destacado que as finanças públicas possuem capacidade singular de orientar fluxos de investimento, influenciar decisões econômicas e promover a transição para modelos produtivos mais sustentáveis (OECD, 2024).

Essa transformação está associada à consolidação do conceito de **finanças públicas sustentáveis**, que busca alinhar as políticas fiscais aos objetivos do desenvolvimento sustentável e às metas climáticas estabelecidas em acordos internacionais. Ao incorporar critérios ambientais e sociais ao planejamento fiscal, os governos passam a utilizar o orçamento público e os instrumentos financeiros do Estado como mecanismos de indução de comportamentos econômicos e de coordenação de investimentos estratégicos. Nesse sentido, as finanças públicas deixam de exercer função meramente arrecadatória e passam a desempenhar papel estratégico na condução da transição para economias de baixo carbono e na promoção de padrões de desenvolvimento mais equilibrados e resilientes (GIZ, 2020).

Diversos instrumentos têm sido desenvolvidos com o objetivo de integrar sustentabilidade e política fiscal. Entre eles, destacam-se o **orçamento verde (green budgeting)**, a **emissão de dívida pública sustentável**, os **fundos climáticos** e os mecanismos de financiamento voltados à transição energética. O orçamento verde permite que governos identifiquem e monitorem o impacto ambiental das políticas fiscais, integrando indicadores climáticos ao processo de planejamento orçamentário e à avaliação das políticas públicas. Essa abordagem contribui para alinhar o gasto público às metas ambientais e melhorar a transparência das decisões fiscais (OECD, 2024; WORLD BANK, 2024).

Paralelamente, o desenvolvimento de instrumentos de dívida sustentável tem ampliado as possibilidades de financiamento de projetos ambientais. A emissão de títulos verdes

soberanos e outros instrumentos de financiamento sustentável permite mobilizar recursos para investimentos em infraestrutura sustentável, energias renováveis e adaptação climática. Esses mecanismos têm atraído crescente interesse de investidores institucionais que buscam ativos alinhados aos princípios ESG e aos objetivos de sustentabilidade global (IMF, 2021).

Além disso, o fortalecimento das finanças públicas sustentáveis também depende da mobilização de capital privado para projetos ambientais. Relatórios recentes indicam que os investimentos necessários para enfrentar as mudanças climáticas e implementar a transição energética exigirão volumes de financiamento significativamente superiores aos atualmente disponíveis. Nesse contexto, instrumentos financeiros inovadores e mecanismos de cooperação entre setor público e setor privado tornam-se fundamentais para ampliar os fluxos de investimento destinados à economia verde (CLIMATE POLICY INITIATIVE, 2024).

Entretanto, a consolidação de finanças públicas orientadas por critérios ESG exige não apenas novos instrumentos financeiros, mas também profundas transformações institucionais. A integração entre sustentabilidade e política fiscal demanda elevados níveis de transparência, sistemas robustos de monitoramento de gastos públicos relacionados ao clima e mecanismos eficazes de avaliação das políticas ambientais. A implementação de relatórios fiscais ambientais, indicadores climáticos e taxonomias verdes constitui passo fundamental para garantir a credibilidade das políticas públicas e evitar práticas de *greenwashing* no setor público (OECD, 2024).

Além disso, a construção de um sistema de finanças públicas sustentáveis depende da intensificação da **cooperação internacional**. As mudanças climáticas representam desafio global que transcende fronteiras nacionais, exigindo coordenação entre governos, organismos multilaterais, instituições financeiras e setor privado. Nesse cenário, instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e os bancos multilaterais de desenvolvimento têm desempenhado papel relevante no apoio técnico e financeiro à

implementação de políticas fiscais climáticas (IMF, 2021).

Assim, somente por meio da integração entre política fiscal, governança ambiental e regulação financeira será possível enfrentar de maneira eficaz os desafios climáticos do século XXI. A articulação entre planejamento orçamentário sustentável, instrumentos financeiros verdes e cooperação internacional pode contribuir para construir um modelo de desenvolvimento que combine eficiência econômica, justiça social e proteção ambiental. Nesse sentido, as finanças públicas sustentáveis constituem não apenas instrumento de gestão fiscal, mas também elemento central na construção de uma nova arquitetura institucional capaz de promover um futuro economicamente próspero, socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável.

## **Referências**

CLIMATE POLICY INITIATIVE. **Global Landscape of Climate Finance 2024**. San Francisco: CPI, 2024.

GIZ. **Finanças Sustentáveis: fundamentos e aplicações**. Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit, 2020.

IMF – INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Green Finance and Climate Policy**. Washington: IMF, 2021.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Green Budgeting in OECD Countries 2024**. Paris: OECD Publishing, 2024.

WORLD BANK. **Climate-Smart Budgeting**. Washington: World Bank Group, 2024.

LAB – LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO FINANCEIRA. **Panorama do Mercado de Finanças Sustentáveis no Brasil**. Brasília, 2022.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Finanças sustentáveis e transformação ecológica**. Brasília: Governo Federal.

---

[1] Procurador Federal vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU), com atuação na Procuradoria Regional Federal da 1ª Região (PRF1). Professor de Direito no Estratégia Concursos, com experiência na preparação para carreiras jurídicas. Pós-graduando em Advocacia Pública, com foco em gestão pública e aprimoramento institucional. Desenvolve pesquisas nas áreas de Direito Ambiental, Direito Constitucional e políticas públicas, com ênfase em judicialização de direitos fundamentais, litigância climática e governança ambiental. Autor de materiais didáticos e conteúdos jurídicos voltados à formação de candidatos em concursos públicos.